Sapiens Management Journal. 2026;3.3. 004
ISNN: 3073-1364
DOI: https://doi.org/10.71068/j3j5zq82

Article: Review

The geo-economics of BRICS+ and its rise in the global economy: a threat or a necessity for the new world order

A geoeconomia dos BRICS+ e sua ascensão na economia global: uma ameaça ou uma necessidade para a nova ordem mundial

[1]Domingos José Barbante, [2]Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, [3]Erica Islandia Dos Santos Fragoso Frazão.

[1] Instituto Superior Politécnico Maravilha, Angola
[2] Universidade Estatal Katyavala Bwila, Angola
[3] Universidade Estatal Katyavala Bwila, Angola

*Corresponding author: Domingos José Barbante

Submitted: 01-06-2026 **Revised:** 24-06-2026 **Accepted:** 28-07-2026 **Published:** 10-08-2026

Cite as:

José Barbante, D., Santos Silva, S. C. C. dos, & Fragoso Frazão, E. I. D. S. (2026). A geoeconomia dos BRICS+ e sua ascensão na economia global: uma ameaça ou uma necessidade para a nova ordem mundial. *Sapiens Management Journal*, *3*(3), 1-16. https://doi.org/10.71068/j3j5zq82

ABSTRACT

Introduction: The expansion of BRICS+ has become a relevant expression of contemporary geoeconomic change because it increases the participation of emerging economies in debates on trade, development finance, settlement currencies and global governance. Objective: This study analyzes how the geoeconomic rise of BRICS+ influences the reconfiguration of the global economic order and the position of the United States, while considering implications for African economies such as Angola. Method: A qualitative, bibliographic, documentary, descriptive and reflective review was conducted using recent academic studies and institutional documents on BRICS enlargement, economic integration, the New Development Bank, de-dollarization, strategic resources and South–South cooperation. Results: The synthesis indicates that enlargement strengthens agenda-setting capacity and institutional diversification, although national interests, productive asymmetries and coordination costs continue to constrain collective action. Evidence supports gradual diversification rather than an immediate replacement of the existing monetary and institutional architecture. Conclusions: BRICS+ should be interpreted as a heterogeneous platform that can pressure and reform global governance while building complementary mechanisms. For Angola, opportunities depend on domestic institutional capacity, project quality, technological learning and productive transformation.

Keywords: BRICS+; geoeconomics; global governance; Global South; de-dollarization; Angola.

RESUMEN

Introdução: A expansão dos BRICS+ tornou-se uma expressão relevante da mudança geoeconómica contemporânea porque amplia a participação de economias emergentes nos debates sobre comércio, financiamento do desenvolvimento, moedas de liquidação e governação global. Objetivo geral: O estudo analisa de que modo a ascensão geoeconómica dos BRICS+ influencia a reconfiguração da ordem económica mundial e a posição dos Estados Unidos, considerando também implicações para economias africanas como Angola. Metodologia: Realizou-se uma investigação qualitativa, bibliográfica, documental, descritiva e reflexiva, baseada em estudos académicos recentes e documentos institucionais sobre expansão dos BRICS,

©2026 por los Autores. Este artículo es de acceso abierto y distribuido según los términos y condiciones bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución 4.0. (CC BY 4.0) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

integração económica, New Development Bank, desdolarização, recursos estratégicos e cooperação Sul-Sul. Resultados: A síntese indica que a expansão fortalece a capacidade de agenda e a diversificação institucional, embora interesses nacionais, assimetrias produtivas e custos de coordenação continuem a limitar a ação coletiva. A evidência sustenta diversificação gradual, e não substituição imediata da arquitetura monetária e institucional vigente. Conclusões: O BRICS+ configura uma plataforma heterogénea capaz de pressionar por reformas e construir mecanismos complementares. Para Angola, as oportunidades dependem da capacidade institucional, da qualidade dos projetos, da aprendizagem tecnológica e da transformação produtiva.

Palabras clave: BRICS+; geoeconomia; governação global; Sul Global; desdolarização; Angola.

INTRODUCTION

A geoeconomia tornou-se uma chave de leitura central das relações internacionais porque permite compreender como comércio, finanças, investimento, tecnologia, energia e infraestruturas são mobilizados simultaneamente como recursos de desenvolvimento e instrumentos de influência. Babić, Dixon e Liu (1) explicam que a competição geoeconómica contemporânea combina interdependência e rivalidade, de modo que redes económicas capazes de gerar eficiência também podem produzir dependências e vulnerabilidades estratégicas. Essa formulação é particularmente útil para analisar os BRICS+, cuja expansão ocorre num cenário de fragmentação económica, tensões comerciais e procura por mecanismos alternativos de coordenação. Assim, o problema não consiste apenas em comparar o tamanho das economias, mas em compreender como capacidades materiais, instituições financeiras, cadeias de valor e alianças políticas se articulam para modificar margens de autonomia e influência no sistema internacional.

Dunford, Liu e Pompeani (2) argumentam que o crescimento relativo das economias emergentes e a criação de instituições como o New Development Bank devem ser interpretados como parte de uma reconfiguração gradual da ordem mundial, marcada pela coexistência entre estruturas consolidadas e novas formas de cooperação. Essa perspetiva evita a ideia de que o aparecimento de mecanismos alternativos produz, por si só, a substituição das instituições de Bretton Woods ou do poder financeiro norte-americano. Em vez disso, os autores ajudam a compreender a ascensão dos BRICS+ como um processo cumulativo de transformação institucional, no qual novos atores procuram aumentar representação, autonomia e capacidade de negociação. Essa leitura também permite diferenciar contestação, reforma e substituição, conceitos frequentemente tratados como equivalentes, embora produzam consequências distintas para a governação económica global e para as estratégias dos países do Sul Global.

Cochrane e Zaidan (3) demonstram, mediante indicadores económicos, comerciais e militares, que a ampliação do BRICS alterou o peso agregado do agrupamento em comparação com o G7, mas alertam que conclusões sobre mudança hegemónica não podem ser construídas a partir de um único indicador. A comparação longitudinal realizada pelos autores mostra que a relevância do BRICS+ varia conforme a dimensão observada, exigindo distinguir participação no produto, comércio, população, energia, poder militar, influência institucional e centralidade monetária. Essa distinção é essencial porque um agrupamento pode ampliar participação económica sem controlar os principais circuitos financeiros ou sem possuir mecanismos decisórios suficientemente coesos. Consequentemente, o aumento do peso agregado deve ser interpretado como expansão de recursos potenciais de

https://doi.org/10.71068/j3j5zq82

influência, cuja conversão em poder efetivo depende de coordenação política, legitimidade institucional e capacidade de formular iniciativas comuns sustentáveis.

Nach e Ncwadi (4) sustentam que a integração económica entre os membros apresenta oportunidades relevantes de comércio, investimento e cooperação financeira, mas continua condicionada por diferenças estruturais, custos de transação, padrões produtivos distintos e interesses nacionais. Essa constatação impede que o aumento do número de membros seja confundido com a formação imediata de um mercado integrado ou de uma estratégia económica homogénea. De Carvalho, Anand e Naidu (5) reforçam essa interpretação ao caracterizarem a expansão como um ponto de inflexão entre adaptação e tentativa de reestruturação da governação global. Para esses autores, o agrupamento combina a procura por maior representação nas instituições existentes com a construção de mecanismos próprios. Portanto, o BRICS+ não deve ser classificado de maneira simplista como exclusivamente reformista ou como substituto integral da ordem vigente, pois a sua atuação combina estratégias que variam conforme o tema e os interesses dos participantes.

Wang e Mishra (6) acrescentam que o poder potencial decorrente da expansão precisa ser acompanhado por legitimidade, capacidade institucional e mecanismos de coordenação que permitam transformar diversidade em ação coletiva. Segundo os autores, a incorporação de novos membros aumenta recursos, alcance geográfico e representatividade, mas também amplia a complexidade das negociações e os custos de alcançar posições comuns. Para o continente africano, Alden e Schoeman (7) mostram que a participação sul-africana deve ser compreendida em relação à procura por autonomia, reforma institucional e novas parcerias, sem ignorar as tensões entre interesses nacionais e representação continental. Essa observação é relevante para Angola, que não integra o BRICS como membro pleno, mas mantém relações económicas importantes com vários integrantes e pode ser afetada por mudanças nos fluxos de financiamento, investimento, energia, minerais e comércio associados à crescente projeção do agrupamento.

No caso angolano, a análise deve evitar a suposição de que uma maior aproximação com economias emergentes produz automaticamente industrialização, diversificação produtiva ou autonomia económica. Pitcher e Moorman (8), ao examinarem a Zona Económica Especial Luanda–Bengo, evidenciam que projetos ambiciosos de política industrial podem apresentar resultados limitados quando desenho institucional, incentivos, coordenação e implementação não estão adequadamente alinhados. Essa evidência permite introduzir uma dimensão doméstica indispensável à análise geoeconómica: oportunidades externas só se convertem em transformação estrutural quando existem capacidades internas para selecionar projetos, negociar contrapartidas, desenvolver fornecedores, absorver tecnologia e garantir sustentabilidade financeira. Diante desse quadro, pergunta-se de que modo a ascensão geoeconómica dos BRICS+ influencia a reconfiguração da ordem económica mundial e a posição hegemónica dos Estados Unidos. O objetivo geral é analisar essa influência, identificando oportunidades, limitações e implicações para a governação global e para economias africanas como Angola.

LITERATURE REVIEW

Geoeconomia, interdependência e competição estratégica

Babić, Dixon e Liu (1) concebem a geoeconomia contemporânea como um campo no qual a interdependência deixa de ser apenas fonte de eficiência e passa a constituir também objeto de estratégia. Nesse cenário, sanções, controlo tecnológico, financiamento, cadeias de valor, acesso a mercados e infraestrutura podem ser utilizados para ampliar poder de negociação ou reduzir vulnerabilidades. Essa abordagem desloca a análise dos BRICS+ da simples comparação de produto interno bruto para a capacidade de construir redes, instituições e instrumentos económicos capazes de produzir efeitos políticos. A relevância do agrupamento, portanto, depende tanto dos recursos materiais disponíveis quanto da possibilidade de coordená-los. Ao aplicar essa perspetiva, torna-se possível avaliar de maneira mais rigorosa por que a expansão pode aumentar a influência coletiva em determinados setores sem produzir automaticamente uma política externa uniforme ou uma arquitetura económica plenamente alternativa.

Qian, Vreeland e Zhao (9), ao examinarem a influência da criação do Asian Infrastructure Investment Bank sobre o Banco Mundial, mostram que novas instituições financeiras podem gerar respostas adaptativas nas organizações estabelecidas. A contribuição desse estudo para a análise dos BRICS+ é metodologicamente importante porque demonstra que uma instituição emergente não precisa substituir uma organização tradicional para alterar o comportamento do sistema. A concorrência institucional pode modificar prioridades, condições de financiamento, distribuição de projetos e incentivos de atores já consolidados. Essa lógica ajuda a interpretar o New Development Bank e outros mecanismos de cooperação como fontes de pressão competitiva e aprendizagem institucional. Assim, a transformação da ordem global pode ocorrer por sobreposição, adaptação e diversificação de alternativas, e não exclusivamente por uma ruptura súbita. Essa possibilidade é central para compreender a relação entre ascensão dos BRICS+, instituições existentes e liderança económica dos Estados Unidos.

Expansão dos BRICS+ e transformação da ordem global

De Carvalho, Gruzd e Wu (10) observam que o BRICS ampliado transmite sinais simultaneamente reformistas e revisionistas, porque os membros defendem mudanças na governação existente ao mesmo tempo que criam mecanismos paralelos e procuram maior autonomia estratégica. Para os autores, essa ambiguidade constitui uma característica estrutural do agrupamento e explica por que a sua influência não pode ser reduzida a uma narrativa única de oposição ao Ocidente. Omoigberale (11) chega a uma conclusão compatível ao identificar maior capacidade para contestar assimetrias da governação global, mas também divisões internas, diferenças de poder e interesses estratégicos que limitam a ação coletiva. Em conjunto, essas contribuições sugerem que a expansão amplia recursos de negociação e representação, porém aumenta a heterogeneidade. A transformação resultante tende, portanto, a combinar iniciativas de reforma institucional, construção de alternativas específicas e preservação de relações pragmáticas com organizações e mercados tradicionais.

Konwer (12), ao analisar os interesses da Índia, mostra que a expansão aumenta possibilidades diplomáticas, mas também intensifica dilemas relacionados com autonomia estratégica e equilíbrio entre diferentes parceiros. A coexistência de relações estreitas dos membros com polos de poder

distintos demonstra que a pertença ao BRICS não elimina políticas externas nacionais nem produz alinhamento automático. Esteves e Coelho (13) observam dinâmica semelhante no caso brasileiro, descrevendo a evolução do agrupamento como passagem de uma plataforma predominantemente reformista para um espaço mais marcado por competição geopolítica e estratégias de hedging. Essa transformação amplia a relevância do BRICS+, mas torna mais difícil preservar objetivos comuns em temas sensíveis. A literatura, portanto, aponta para uma estrutura de cooperação flexível, na qual convergências podem ser fortes em assuntos como representação e financiamento do desenvolvimento, mas mais frágeis quando envolvem segurança, rivalidades regionais ou posicionamentos perante grandes potências.

Integração económica, financiamento e New Development Bank

Nach e Ncwadi (4) identificam potencial de integração comercial e financeira entre os membros, porém enfatizam obstáculos derivados de assimetrias de desenvolvimento, estruturas produtivas diferentes, barreiras logísticas e custos institucionais. A expansão quantitativa do grupo precisa, por isso, ser distinguida da integração económica efetiva, que exige redução de fricções, complementaridade produtiva e mecanismos estáveis de cooperação. Hooijmaaijers (14) mostra que o New Development Bank constitui um caso relevante de institucionalização porque transforma coordenação política em capacidade financeira permanente. O banco representa uma inovação concreta do agrupamento, embora a sua existência não implique abandono das instituições de Bretton Woods. Consideradas conjuntamente, essas evidências sugerem que a consolidação geoeconómica do BRICS+ depende de transformar intenções políticas em infraestruturas institucionais capazes de financiar projetos, reduzir custos de transação e criar benefícios suficientemente distribuídos para sustentar a cooperação entre economias muito distintas.

Nanwani (15) argumenta que a consolidação do New Development Bank depende de parcerias estratégicas, capacidade de mobilizar recursos, qualidade dos projetos e articulação com outras instituições de desenvolvimento. Essa perspetiva reforça a interpretação do NDB como mecanismo complementar e competitivo em determinados nichos, e não como substituto universal do Banco Mundial. De Sá e Garcia (16) demonstram que a expansão do BRICS cria novas possibilidades de convergência entre o New Development Bank e o BRICS Business Council, aproximando financiamento, investimento e prioridades empresariais. As autoras também permitem problematizar quais setores e interesses capturam os benefícios dessa institucionalização. Caixeta, Pithan, Ferreira e Mariano (17) interpretam o banco como expressão concreta da procura do Sul Global por maior autonomia financeira, mas salientam que a transformação da ordem mundial depende de converter mecanismos institucionais em desenvolvimento efetivo, cooperação sustentável e capacidade produtiva nos países beneficiários.

Moedas locais, dólar e limites da desdolarização

Johnston (18) mostra que os debates dos BRICS sobre o dólar e o sistema SWIFT evoluíram de críticas gerais para discussões mais concretas sobre moedas locais, sistemas de pagamento e reforma monetária. A autora, entretanto, diferencia o aumento do interesse por alternativas da existência de uma moeda comum plenamente operacional ou de uma substituição imediata do dólar. Essa distinção

é fundamental para evitar que declarações políticas sejam tratadas como evidência de uma mudança monetária já concluída. A desdolarização pode ocorrer de forma parcial, setorial e assimétrica, por exemplo mediante maior uso de moedas nacionais em transações bilaterais, sem eliminar a função do dólar como reserva, unidade de conta e ativo financeiro global. Dessa forma, o debate sobre BRICS+ deve considerar graus de diversificação monetária e não apenas uma oposição simplificada entre permanência ou desaparecimento da moeda norte-americana.

Mpanda e Sebola (19) analisam a desdolarização no espaço BRICS+ a partir da conectividade de retornos e volatilidade entre moedas, contribuindo para deslocar a discussão de afirmações políticas para indicadores de mercado. Os resultados mostram que maior interconexão financeira precisa ser interpretada com cautela e não equivale automaticamente a uma união monetária ou ao desaparecimento da centralidade do dólar. Lissovolik (20) acrescenta que a expansão dos BRICS abre novas geografias e esferas de cooperação, incluindo pagamentos, comércio e conectividade, e argumenta que a diversificação pode avançar por mecanismos graduais sem depender de uma única moeda supranacional. Em conjunto, esses estudos sustentam uma interpretação de transição incremental, na qual os membros procuram reduzir vulnerabilidades específicas, ampliar opções de liquidação e fortalecer autonomia financeira, mas continuam operando dentro de uma arquitetura monetária internacional profundamente interdependente.

Recursos estratégicos, África e implicações para Angola

Müller (21) demonstra que a cooperação dos BRICS no setor mineral é condicionada pela tensão entre objetivos geopolíticos coletivos e interesses nacionais. A relevância crescente de minerais críticos amplia a capacidade de negociação de vários membros, mas não elimina concorrência por investimentos, processamento, tecnologia e acesso a mercados. Para economias africanas ricas em recursos, essa dinâmica pode abrir novas possibilidades de parceria, embora também possa reproduzir padrões de exportação primária quando não existem políticas de agregação de valor. Alden e Schoeman (7) defendem que a posição africana dentro dos BRICS deve ser analisada para além do simbolismo da representação, pois a utilidade do agrupamento para o continente depende da capacidade de converter fóruns diplomáticos em financiamento, comércio, tecnologia e resultados de desenvolvimento. Essa condição é especialmente pertinente para Angola, cuja inserção internacional permanece fortemente associada a recursos naturais e necessidades de diversificação produtiva.

Govender (22), ao discutir a literatura recente sobre BRICS e desenvolvimento africano, chama atenção para a necessidade de avaliar criticamente quem captura os benefícios das novas parcerias e quais capacidades domésticas são fortalecidas. Essa cautela é pertinente para Angola, onde a diversificação de parceiros pode ampliar alternativas de financiamento, mas não substitui políticas nacionais de produtividade, transparência e transformação estrutural. Pitcher e Moorman (8) evidenciam, no caso da Zona Económica Especial Luanda–Bengo, que políticas industriais ambiciosas podem fracassar quando a lógica de implementação não cria incentivos adequados para aprendizagem produtiva e desenvolvimento empresarial. Portanto, a aproximação angolana a redes de comércio e financiamento associadas ao BRICS+ deve ser acompanhada por critérios rigorosos de

seleção de projetos, encadeamentos locais, transferência tecnológica e sustentabilidade da dívida. A oportunidade geoeconómica é real, mas o seu resultado depende de instituições domésticas capazes de negociar e implementar estratégias coerentes.

METHOD

O estudo adotou um delineamento bibliográfico e documental, descritivo e reflexivo, de abordagem qualitativa, adequado a uma pergunta de investigação orientada para interpretar tendências geoeconómicas e institucionais em vez de estimar relações causais. A unidade de análise foi constituída por estudos académicos e documentos institucionais relacionados com geoeconomia, expansão dos BRICS/BRICS+, integração económica, financiamento do desenvolvimento, moedas de liquidação, governação global, recursos estratégicos e cooperação com África. O desenho documental foi escolhido porque o objeto envolve processos recentes, distribuídos entre literatura científica, análises institucionais e evidências comparativas que não podem ser reduzidas a uma única base estatística. O caráter reflexivo não significa ausência de critérios: a interpretação foi conduzida de forma temática, procurando explicitar convergências, divergências, limites e implicações das fontes selecionadas para a pergunta central do artigo.

A atualização bibliográfica privilegiou trabalhos publicados entre 2021 e 2026, com prioridade para artigos recentes em periódicos académicos de circulação internacional e estudos diretamente relacionados com expansão dos BRICS, New Development Bank, desdolarização, governação global e posição africana. Documentos institucionais foram mantidos apenas quando necessários para confirmar composição, declarações oficiais ou indicadores cuja natureza não corresponde a resultados de artigos científicos. A estratégia de seleção considerou quatro critérios cumulativos: relação direta com a pergunta de investigação; autoria e proveniência verificáveis; disponibilidade de DOI ou URL persistente; e atualidade suficiente para representar a fase contemporânea do agrupamento. Estudos anteriores ao recorte recente foram utilizados somente quando ofereciam evidência específica não substituível por publicação posterior, como ocorre com a análise de Pitcher e Moorman (8) sobre a Zona Económica Especial Luanda–Bengo e a capacidade de implementação da política industrial angolana.

O processo analítico foi organizado em quatro categorias definidas a partir do objetivo do estudo: peso económico e institucional; diversificação comercial e financeira; reforma da governação global e implicações para a posição dos Estados Unidos; e limitações internas, assimetrias e oportunidades para economias africanas. Em cada categoria, as fontes foram lidas comparativamente para identificar o argumento principal, a natureza da evidência apresentada, as convergências com outros estudos e as limitações para generalização. A síntese não foi tratada como metanálise, porque os estudos possuem desenhos, indicadores e objetos heterogéneos. Também não foram realizados testes estatísticos ou estimação de efeitos. O procedimento adotado correspondeu a uma síntese temática interpretativa, na qual resultados de fontes secundárias foram reorganizados de acordo com problemas analíticos comuns, preservando a distinção entre evidência reportada pelos autores consultados e inferências formuladas neste artigo.

Para aumentar a rastreabilidade argumentativa, as citações foram normalizadas segundo o sistema Vancouver, com numeração atribuída conforme a primeira ocorrência de cada fonte no texto e reutilização do mesmo número nas menções subsequentes. Esse procedimento permite relacionar cada afirmação relevante com a referência correspondente de forma direta e consistente, preservando a identificação dos autores quando necessária à fluidez argumentativa. Na secção de resultados, as citações foram mantidas sempre que o texto sintetiza achados provenientes do corpus, porque, num estudo documental, esses achados constituem a própria matéria empírica da análise. Em contrapartida, operações realizadas pelos autores deste artigo, como a definição das categorias, a organização das tabelas e a formulação das inferências comparativas, são apresentadas como procedimentos próprios. Para Angola, adotou-se cautela adicional: o país é discutido como caso de implicação geoeconómica e não como membro pleno do BRICS+, evitando extrapolar evidências que as fontes não sustentam diretamente.

RESULTS

A análise documental produziu quatro eixos interpretativos que permitem responder à pergunta de investigação sem reduzir a ascensão dos BRICS+ a uma comparação simples de tamanho económico. No primeiro eixo, relativo ao peso económico e institucional, Cochrane e Zaidan (3) mostram que a expansão modifica de maneira substantiva alguns indicadores agregados do agrupamento em comparação com o G7, embora a magnitude e o significado dessa mudança dependam do indicador selecionado. De Carvalho, Gruzd e Wu (10) acrescentam que maior peso agregado amplia a capacidade de agenda e a visibilidade diplomática, mas não resolve a questão central da coordenação entre membros. O resultado interpretativo é que a expansão aumenta recursos potenciais de influência, porém a sua conversão em poder geoeconómico depende de instituições, legitimidade e capacidade de formular posições comuns em áreas nas quais os interesses nacionais nem sempre coincidem.

No segundo eixo, referente à diversificação comercial e financeira, Nach e Ncwadi (4) identificam oportunidades de integração, mas mostram que barreiras estruturais e assimetrias produtivas continuam relevantes. Hooijmaaijers (14) evidencia que o New Development Bank representa uma institucionalização concreta da cooperação financeira, porque oferece ao agrupamento uma estrutura permanente para mobilizar recursos e financiar desenvolvimento. Nanwani (15) salienta, entretanto, que a capacidade futura do banco depende de parcerias estratégicas, acesso a financiamento e qualidade da sua articulação institucional. A síntese desses resultados indica que o BRICS+ amplia a pluralidade de instrumentos disponíveis para os membros e parceiros, mas ainda não configura um sistema financeiro separado. O efeito mais plausível é o aumento de opções e de capacidade de negociação, especialmente em áreas de infraestrutura e desenvolvimento, acompanhado por competição e complementaridade com instituições multilaterais tradicionais.

No terceiro eixo, relacionado com governação monetária e sistemas de pagamento, Johnston (18) identifica crescente interesse dos BRICS em mecanismos de liquidação e uso de moedas locais, mas não interpreta esse processo como prova de substituição imediata do dólar. Mpanda e Sebola (19) reforçam a necessidade de avaliar a desdolarização por meio de indicadores de mercado, evitando

inferir uma transformação monetária concluída apenas a partir de declarações políticas. Lissovolik (20) mostra que a diversificação pode avançar por mecanismos graduais e múltiplas plataformas, sem exigir a criação imediata de uma moeda supranacional. O resultado da síntese é, portanto, mais compatível com uma estratégia de redução de vulnerabilidades e ampliação de alternativas de pagamento do que com uma rutura monetária. Essa distinção é central para avaliar de maneira equilibrada os efeitos do BRICS+ sobre a posição financeira dos Estados Unidos.

No quarto eixo, as limitações internas aparecem de forma recorrente e impedem interpretar o agrupamento como ator unitário. Wang e Mishra (6) mostram que a expansão aumenta simultaneamente poder potencial, representatividade e complexidade decisória. Omoigberale (11) conclui que assimetrias e interesses nacionais condicionam a capacidade transformadora, enquanto Konwer (12) evidencia que membros importantes preservam estratégias próprias de autonomia e equilíbrio. Para África, Alden e Schoeman (7) destacam que maior representação só produz ganhos quando se converte em resultados institucionais e económicos. Aplicada a Angola, essa conclusão sugere que oportunidades de financiamento, comércio e cooperação não devem ser confundidas com benefícios automáticos. O país pode ampliar a diversidade de parceiros, mas a captura de ganhos depende de capacidade negocial, critérios de investimento, aprendizagem tecnológica e políticas domésticas que transformem recursos externos em produtividade e valor acrescentado.

Tabela 1.

Síntese dos resultados por eixo analítico

Eixo analítico	Evidência sintetizada	Interpretação do estudo
Peso económico e institucional	Cochrane e Zaidan (3) mostram aumento do peso agregado em várias dimensões. De Carvalho, Gruzd e Wu (10) evidenciam maior capacidade de agenda acompanhada por desafios de coordenação.	A expansão aumenta recursos potenciais de influência, mas não produz coesão política automática.
Integração e financiamento	Nach e Ncwadi (4) identificam oportunidades e barreiras de integração. Hooijmaaijers (14) e Nanwani (15) mostram a institucionalização e os limites operacionais do NDB.	O NDB amplia alternativas de financiamento e pode complementar ou competir com instituições tradicionais em áreas específicas.
Moedas e pagamentos	Johnston (18) documenta maior atenção a moedas locais e pagamentos. Mpanda e Sebola (19) mostram a necessidade de avaliar o processo com indicadores de mercado.	A evidência sustenta diversificação monetária gradual, e não uma desdolarização concluída.

https://doi.org/10.71068/j3j5zq82

Eixo analítico	Evidência sintetizada	Interpretação do estudo
Limitações e África	Wang e Mishra (6) evidenciam custos de coordenação. Alden e Schoeman (7) mostram que representação africana precisa converter-se em resultados concretos.	O impacto para África depende da qualidade institucional e da transformação produtiva nos países parceiros.

Nota. Elaboração dos autores a partir da síntese temática do corpus. A tabela não representa contagem de frequência, estimação estatística nem metanálise.

A síntese também permitiu distinguir oportunidades de riscos geoeconómicos, evitando tratar qualquer instrumento do BRICS+ como benefício intrínseco. De Sá e Garcia (16) mostram que a expansão pode ampliar conexões entre financiamento e atividade empresarial, criando possibilidades de investimento e articulação entre instituições do agrupamento. Müller (21) evidencia que recursos estratégicos podem fortalecer a posição negocial de determinados membros, mas também intensificar competição por processamento, tecnologia e mercados. Esteves e Coelho (13) mostram que interesses nacionais continuam a limitar a construção de uma estratégia única, mesmo quando existe convergência sobre maior representação do Sul Global. Para Angola, o resultado analítico é duplo: a diversificação de parceiros pode reduzir dependências específicas e ampliar opções de financiamento, porém os benefícios dependem de contratos, sustentabilidade financeira, conteúdo local, transferência de conhecimento e capacidade pública de acompanhar a implementação dos projetos.

Tabela 2.

Oportunidades e limitações geoeconómicas identificadas na análise documental

Dimensão	Oportunidades identificadas	Limitações e cautelas
Comércio e investimento	Diversificação de mercados, cadeias, investidores e parceiros económicos.	Assimetrias produtivas, custos de integração e concentração em produtos primários.
Financiamento	Maior pluralidade de fontes, instrumentos e instituições de desenvolvimento.	Capacidade financeira, critérios de seleção, qualidade dos projetos e sustentabilidade da dívida.
Sistema monetário	Maior uso de moedas locais e inovação em mecanismos de pagamento.	Ausência de evidência de substituição rápida e uniforme do dólar.
Governação global	Maior representação do Sul Global e pressão por reformas institucionais.	Consenso difícil entre membros com prioridades e relações externas distintas.
Angola e África	Possibilidades de financiamento, industrialização, infraestrutura, minerais e comércio.	Risco de dependência, baixo valor acrescentado local e fragilidade de implementação institucional.

Nota. Elaboração dos autores. A linha relativa a Angola constitui uma inferência analítica apoiada na literatura africana e no estudo de Pitcher e Moorman (8); Angola não é apresentada como membro pleno do BRICS+.

DISCUSSION

Os resultados sustentam uma interpretação matizada da ascensão dos BRICS+, na qual expansão de recursos e representação não equivale automaticamente a substituição da ordem existente. De Carvalho, Anand e Naidu (5) descrevem a expansão como combinação de adaptação e tentativa de reestruturação, enquanto Omoigberale (11) identifica tensão semelhante entre transformação e mudança incremental. A convergência entre esses estudos indica que o agrupamento exerce pressão sobre instituições e práticas estabelecidas, mas ainda não demonstra capacidade de substituí-las integralmente. Essa conclusão responde à pergunta do artigo ao sugerir que o principal efeito geoeconómico atual não é a formação de uma hegemonia alternativa plenamente consolidada, mas a ampliação do espaço de negociação e da competição institucional. A posição dos Estados Unidos enfrenta, portanto, maior contestação e diversificação de alternativas, embora continue apoiada em vantagens monetárias, financeiras, tecnológicas e institucionais que não desaparecem com a expansão do BRICS+.

A evidência empírica de Cochrane e Zaidan (3) reforça essa cautela porque mostra que comparações entre BRICS+ e G7 variam conforme o indicador selecionado. Percentagens agregadas de população, produto, energia ou comércio devem ser interpretadas como medidas específicas e não como equivalentes diretos de hegemonia. A discussão torna-se mais rigorosa quando se reconhece que poder económico envolve capacidade de financiamento, profundidade dos mercados, inovação, controlo de infraestruturas críticas, influência normativa e confiança monetária. Por isso, a expansão pode aumentar significativamente o peso do BRICS+ em recursos, produção e mercados sem eliminar assimetrias institucionais ou financeiras. A relevância do agrupamento reside justamente em ampliar as possibilidades de coordenação entre economias que antes tinham menor capacidade de agenda coletiva. Contudo, transformar massa económica em influência duradoura requer mecanismos de decisão, cumprimento de compromissos e produção de bens públicos capazes de sustentar confiança entre membros e parceiros.

No domínio financeiro, Hooijmaaijers (14) permite compreender o New Development Bank como avanço institucional relevante porque transforma coordenação diplomática em uma organização permanente. Nanwani (15), contudo, mostra que o alcance do banco depende de parcerias, capacidade de captação, governança e escolhas estratégicas. De Sá e Garcia (16) acrescentam que a expansão pode aprofundar a ligação entre prioridades empresariais e financiamento, ampliando oportunidades, mas também exigindo atenção à distribuição dos benefícios e aos setores favorecidos. Essa combinação de institucionalização e limites operacionais sugere que o NDB é mais bem interpretado como parte de uma arquitetura financeira plural do que como substituto imediato das instituições tradicionais. Para países africanos, a pluralidade pode melhorar poder de negociação e acesso a recursos, mas a qualidade do impacto depende das condições dos projetos, da

sustentabilidade da dívida e da capacidade de gerar encadeamentos produtivos domésticos em vez de apenas financiar infraestrutura desconectada da transformação estrutural.

Quanto à desdolarização, Johnston (18) mostra que a agenda monetária dos BRICS se tornou mais concreta, sobretudo em pagamentos e moedas locais, enquanto Mpanda e Sebola (19) acrescentam evidência de mercado para avaliar a conectividade monetária no espaço BRICS+. Em conjunto, esses estudos não justificam afirmar que a hegemonia do dólar tenha sido substituída; sustentam, com maior segurança, a existência de esforços de diversificação e redução de vulnerabilidades específicas. Essa diferença tem implicações analíticas importantes, porque a adoção de moedas nacionais em transações selecionadas pode reduzir custos ou exposição a sanções sem criar uma moeda de reserva capaz de competir globalmente em liquidez, profundidade financeira e confiança. A discussão sobre ameaça ou necessidade para a nova ordem mundial deve, assim, evitar formulações absolutas. O BRICS+ pode constituir uma necessidade de maior pluralidade institucional para seus membros e parceiros, ao mesmo tempo que representa um desafio competitivo para áreas específicas da influência norte-americana.

A dimensão política limita igualmente leituras deterministas. Wang e Mishra (6) argumentam que a expansão aumenta poder potencial e, simultaneamente, os custos de coordenação, porque novos membros introduzem prioridades, alianças e perceções de risco distintas. Konwer (12) demonstra esse dilema a partir da Índia, enquanto Esteves e Coelho (13) mostram que o Brasil utiliza o BRICS num ambiente de multipolaridade cada vez mais competitivo e procura preservar autonomia. Esses resultados indicam que o agrupamento deve ser analisado como fórum heterogéneo de coordenação e não como ator unitário comparável a um Estado. A sua força pode residir precisamente na flexibilidade, que permite cooperação seletiva sem exigir alinhamento completo; entretanto, essa mesma flexibilidade reduz a capacidade de responder de maneira uniforme a crises ou controvérsias. O futuro geoeconómico do BRICS+ dependerá, portanto, de equilibrar diversidade e institucionalização sem transformar o consenso em requisito impossível para todas as áreas de cooperação.

Para África, Alden e Schoeman (7) mostram que a presença sul-africana oferece uma plataforma de representação, mas não garante que prioridades continentais sejam automaticamente incorporadas nas decisões do agrupamento. Govender (22) reforça a necessidade de avaliar criticamente a relação entre BRICS e desenvolvimento africano, especialmente a distribuição de benefícios, a sustentabilidade das parcerias e a capacidade de promover transformação produtiva. Essa discussão é diretamente relevante para Angola porque o país pode beneficiar de maior pluralidade de parceiros sem que isso elimine desafios de capacidade estatal, dependência de recursos e diversificação económica. A participação em redes comerciais e financeiras associadas ao BRICS+ pode ampliar opções, mas não substitui uma estratégia nacional. Para que a mudança geoeconómica produza benefícios duradouros, Angola precisa vincular financiamento e investimento a objetivos de conteúdo local, formação, infraestrutura produtiva, inovação e desenvolvimento de empresas nacionais capazes de integrar cadeias de valor regionais e internacionais.

O estudo de Pitcher e Moorman (8) oferece uma advertência particularmente importante para a interpretação angolana, porque a análise da Zona Económica Especial Luanda–Bengo mostra que recursos financeiros e ambição industrial não bastam quando arquitetura institucional, incentivos e implementação apresentam falhas. Essa evidência permite qualificar o entusiasmo que pode acompanhar novas fontes de financiamento ou investimento provenientes de economias emergentes. Uma eventual intensificação das relações de Angola com países e instituições associados aos BRICS+ deve ser avaliada pela qualidade dos projetos, transferência tecnológica, encadeamentos locais, transparência contratual e sustentabilidade financeira. A principal limitação deste artigo decorre do seu caráter bibliográfico, documental e reflexivo: a síntese não estima efeitos causais nem mede quantitativamente o impacto da expansão sobre o dólar, o comércio ou a hegemonia norte-americana. Além disso, permanece reduzida a disponibilidade de estudos recentes especificamente dedicados à relação Angola–BRICS+, razão pela qual o caso angolano é tratado como implicação analítica e não como resultado empírico independente.

CONCLUSIONS

A análise permite concluir que a ascensão geoeconómica dos BRICS+ contribui para uma ordem internacional mais plural ao ampliar a representação de economias emergentes, diversificar instrumentos financeiros e aumentar a pressão por reformas na governação global. A literatura recente, entretanto, não sustenta a interpretação de uma substituição imediata e linear da arquitetura económica liderada pelos Estados Unidos. O resultado mais consistente é a coexistência entre reforma, competição e construção de alternativas específicas. O New Development Bank, o uso crescente de moedas locais e os mecanismos de cooperação económica demonstram capacidade institucional, mas continuam inseridos num sistema internacional caracterizado por forte interdependência. Assim, o BRICS+ representa simultaneamente um desafio à concentração de poder em determinadas instituições e uma resposta à procura por maior margem de escolha do Sul Global, sem constituir até o momento uma ordem económica completamente separada ou autossuficiente.

A expansão também amplia as contradições internas do agrupamento. Diferenças de escala económica, prioridades diplomáticas, modelos de desenvolvimento e relações externas tornam o consenso mais complexo, embora não impeçam cooperação seletiva em áreas de interesse comum. Por isso, o BRICS+ deve ser entendido como plataforma flexível e heterogénea, cuja influência depende tanto dos recursos dos membros quanto da capacidade de produzir instituições legítimas, mecanismos funcionais e resultados concretos. Para Angola, a principal implicação é a possibilidade de ampliar opções de financiamento, comércio, infraestrutura e cooperação industrial com economias do Sul Global. Essa oportunidade só tende a gerar transformação estrutural quando acompanhada de capacidade institucional, avaliação rigorosa de projetos, aprendizagem tecnológica, transparência e políticas que aumentem o valor acrescentado doméstico. A diversificação de parceiros deve ser tratada como instrumento de estratégia nacional, e não como substituto da própria estratégia de desenvolvimento.

Investigações futuras poderão aprofundar esta análise por meio de revisões sistemáticas especificamente dedicadas aos BRICS e à África lusófona, bem como comparar fluxos de comércio,

investimento e financiamento de Angola com diferentes membros do agrupamento. Estudos quantitativos poderão examinar se a diversificação de parceiros altera a estrutura produtiva, a exposição financeira, a composição das exportações e a autonomia económica do país. Também seria relevante investigar projetos concretos financiados ou executados por instituições e empresas associadas aos membros do BRICS+, avaliando conteúdo local, transferência de tecnologia, emprego e sustentabilidade fiscal. Esse avanço permitiria superar uma limitação central da literatura atual, ainda concentrada em análises agregadas do agrupamento ou em estudos sobre os seus membros mais influentes. Para Angola, evidência empírica específica ajudaria a distinguir oportunidades efetivas de expectativas políticas e a formular recomendações de política económica mais precisas.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

1. Babić M, Dixon AD, Liu IT, editors. The political economy of geoeconomics: Europe in a changing world. Cham: Palgrave Macmillan; 2022. Available from: https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-01968-5
2. Dunford M, Liu W, Pompeani C. Area Development and Policy, the Greater BRICS and a new world order? Area Dev Policy. 2022;7(4):365-379. doi:10.1080/23792949.2022.2128384.
3. Cochrane L, Zaidan E. Shifting global dynamics: an empirical analysis of BRICS+ expansion and its economic, trade, and military implications in the context of the G7. Cogent Soc Sci. 2024;10(1):2333422. doi:10.1080/23311886.2024.2333422.
4. Nach M, Ncwadi R. BRICS economic integration: prospects and challenges. S Afr J Int Aff. 2024;31(2):151-166. doi:10.1080/10220461.2024.2380676.
5. de Carvalho G, Anand J, Naidu S. BRICS expansion: adaptive response or proactive restructuring of global governance? S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):9-32. doi:10.1080/10220461.2025.2523507.
6. Wang PBM, Mishra R. Assessing the impact of an expanded BRICS on the international order: the role of power and legitimacy. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):33-49. doi:10.1080/10220461.2025.2509571.
7. Alden C, Schoeman M. Being Africa's BRIC(S): South Africa's foreign policy turn from 'Neo-Liberalism' to the 'New Era'. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):71-90. doi:10.1080/10220461.2025.2503212.
8. Pitcher MA, Moorman M. The logic of authoritarian industrial policy: the case of Angola's special economic zone. Afr Aff (Lond). 2022;121(485):595-622. doi:10.1093/afraf/adac033.
9. Qian J, Vreeland JR, Zhao J. The impact of China's AIIB on the World Bank. Int Organ. 2023;77(1):217-237. doi:10.1017/S0020818322000327.
10. de Carvalho G, Gruzd S, Wu YS. The BRICS expanded: shaped by – or shaping – the global order? S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):1-8. doi:10.1080/10220461.2025.2525312.
11. Omoigberale O. The expanded BRICS: a catalyst for global transformation or advocate for incremental change? S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):51-70. doi:10.1080/10220461.2025.2518522.
12. Konwer S. An expanded BRICS: agenda and stakes for India. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):155-173. doi:10.1080/10220461.2025.2528237.
13. Esteves P, Coelho CF. Be careful what you wish for: Brazil and BRICS in three acts. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):91-112. doi:10.1080/10220461.2025.2528980.

14. Hooijmaaijers B. The internal and external institutionalization of the BRICS countries: the case of the New Development Bank. Int Polit Sci Rev. 2022;43(4):481-494. doi:10.1177/01925121211024159.
15. Nanwani S. The New Development Bank: directions on strategic partnerships. Glob Policy. 2024;15(2):434-442. doi:10.1111/1758-5899.13268.
16. de Sá RMR, Garcia AS. Convergences between the BRICS Business Council and the New Development Bank: implications of the BRICS membership expansion. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):267-290. doi:10.1080/10220461.2025.2529581.
17. Caixeta MB, Pithan BD, Ferreira JPS, Mariano M. O Brics, o Sul Global e a transformação da ordem mundial: O Novo Banco de Desenvolvimento. Mural Internacional. 2024;15:e83564. doi:10.12957/rmi.2024.83564.
18. Johnston LA. The BRICS, the dollar and SWIFT: a review of evolving interests and monetary reform momentum. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):243-266. doi:10.1080/10220461.2025.2523509.
19. Mpanda MM, Sebola IKN. Dedollarisation in the BRICS+ currency bloc: a market-based analysis of return and volatility connectedness. Eurasian Econ Rev. 2026. doi:10.1007/s40822-026-00372-z.
20. Lissovolik Y. BRICS expansion: new geographies and spheres of cooperation. BRICS J Econ. 2024;5(1):1-12. doi:10.3897/brics-econ.5.e120071.
21. Müller M. Between global geopolitics and national interests: BRICS cooperation in the mineral sector. S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):215-241. doi:10.1080/10220461.2025.2519981.
22. Govender J. The BRICS in Africa: promoting development? S Afr J Int Aff. 2025;32(1-2):291-293. doi:10.1080/10220461.2025.2495914.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Por se tratar de um estudo bibliográfico e documental, baseado exclusivamente em publicações académicas e documentos institucionais de acesso público, não houve participação de seres humanos nem recolha de dados pessoais. Por essa razão, não se aplicaram procedimentos de consentimento informado ou aprovação ética. O estudo respeitou os princípios de integridade académica, atribuição adequada das fontes e fidelidade na interpretação da literatura analisada.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Os autores declaram que ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas exclusivamente como apoio à revisão linguística e à organização editorial do manuscrito. A conceção do estudo, a seleção das fontes, a análise, a interpretação dos resultados e as conclusões são de responsabilidade integral dos autores.

FUNDING:

Os autores declaram que esta investigação não recebeu financiamento específico de agências públicas, instituições privadas, organizações comerciais ou entidades sem fins lucrativos.

CONFLICT OF INTEREST:

Os autores declaram não existir conflitos de interesses financeiros, pessoais, profissionais ou institucionais relacionados com a realização, análise ou publicação deste estudo.

AUTHOR CONTRIBUTION

Conceptualização: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Curadoria de dados: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Análise formal: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Investigação: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Metodologia: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Gestão do projeto: Domingos José Barbante.
Supervisão: Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Validação: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Redação – versão original: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.
Redação – revisão e edição: Domingos José Barbante, Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva, Erica Islândia Dos Santos Fragoso Frazão.

https://doi.org/10.71068/j3j5zq82